

05 DEZ 1987

Após uma fase muito difícil, em que se levantaram dúvidas quanto à participação dos bancos credores no empréstimo-ponte de três bilhões de dólares, destinado ao pagamento dos juros de 1987 devidos pelo Brasil, parece ter havido nestes últimos dias algum progresso nas negociações sobre a dívida externa. Agora, faltam apenas duzentos milhões de dólares, a ser obtidos de uma centena de bancos. Tudo indica que o entendimento preliminar será coroado de êxito. Mas isto não quer dizer que a renegociação definitiva chegará a um termo feliz. Foi muito difícil vencer a primeira batalha.

O primeiro entendimento foi possível, ao que consta, graças à constante pressão exercida pelo secretário do Tesouro norte-americano, sr. James Baker III, sobre o Comitê de Assessoramento dos bancos e sobre o próprio governo brasileiro, que teve não só de assentir em fazer um desembolso incondicional de 500 milhões de dólares, mas, também, em pagar um *spread* e comissões maiores do que, a princípio, pretendia (com pagamento adiantado).

O secretário do Tesouro empenhou-se também em obter a participação, no empréstimo-ponte, das instituições financeiras mais importantes, notadamente dos bancos ingleses e japoneses, segundo os quais, tendo sido o acordo assinado para salvar os bancos norte-americanos, caberia a estes arcar com o ônus do empréstimo-ponte.

Nota-se, aliás, entre os bancos europeus e japoneses, certa animosidade para com os Estados Unidos, que a cada dia mais se valem dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) para atender a seus interesses, enquanto toda a economia mundial se mobiliza em defesa da moeda norte-americana. O mais recente episódio foi o da pressão exercida pelo governo de Washington sobre o FMI, forçando-o a desembolsar a segunda parcela do *stand by credit* destinado à Argentina, que não havia cumprido os compromissos assumidos com o organismo internacional. O secretário do Tesouro considerava que, se não se liberasse essa parcela, o governo argentino provavelmente suspenderia o pagamento dos juros devidos aos bancos.

Mas esse clima não deverá perdurar por muito tempo. Os bancos europeus, cujas provisões são bem maiores do que as dos bancos norte-americanos, não concordarão facilmente em financiar os juros devidos em 1987, 1988 e 1989, que representam um aumento da dívida brasileira. A cada dia se torna mais manifesto que o aumento do risco a que se expõem está condicionado à assinatura de acordo entre o Brasil e o FMI. O organismo internacional, sob a orientação de seu novo diretor-gerente, sr. Michel Camdessus, deverá mostrar-se mais flexível, mas certamente não irá abrir mão de algumas exigências, notadamente a que diz respeito ao déficit público, que, no Brasil, parece escapar ao controle do governo.

Deste modo, não deverá ser fácil concluir a renegociação da dívida. As conversações com o FMI talvez se arrastem por muito tempo, sem que se possa ter a certeza de que chegarão a um feliz desfecho. Aliás, os bancos credores têm outro trunfo em mãos: poderão aceitar ou negar a dispensa de cumprimento da cláusula de partilha de pagamentos que cons-

ta do acordo entre o Brasil e seus credores. Sem essa dispensa, o Brasil não teria condições de obter a securitização de parte de sua dívida — medida esta que interessa tanto ao Brasil como aos pequenos credores, que gostariam de não mais participar do esquema de refinanciamento dos juros. Outrossim, não seria possível, diante da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil, efetuar a conversão de parte da dívida em capital de risco. Essa conversão encontra-se hoje bloqueada, uma vez que o Banco Central decidiu aceitar a conversão somente para a dívida externa já transformada em *bonds*.

O governo brasileiro certamente não desconhece as dificuldades que terá de vencer, com o presente clima internacional, em que a posição dos bancos europeus é bem diferente da dos bancos norte-americanos, que são hoje seus melhores aliados na busca de um acordo. Nosso governo queixou-se, há algum tempo, do peso excessivo da representação dos bancos norte-americanos no Comitê de Assessoramento: talvez se dê conta, agora, de que é muito vantajosa para nosso país.